

## POLÍTICA

## GESTÃO PÚBLICA

# LRF melhora indicadores dos...

Rating feito pela Austin mostra redução de riscos nos governos regionais

LILIANA LAVORATTI  
SÃO PAULO

Continuação da página A-1

nacional e de longo prazo, para os quatro principais Estados do País — São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul — e suas res-

pectivas capitais. As demais unidades da federação serão avaliadas na segunda etapa.

No grupo de rating atribuídos aos Estados, São Paulo e Rio Grande do Sul estão em extremos opostos. Enquanto São Paulo, comandado pelo presidencial tucano José Serra

(PSDB) recebeu a melhor nota de classificação entre todos os entes públicos avaliados (A+), o Rio Grande do Sul obteve a pior nota (BB+) e o único não classificado como "Grau de Investimento" — aquele que indica segurança para os investimentos. Isso significa que a máquina governamental paulista tem boa capacidade para honrar compromissos financeiros e um risco

muito baixo de calote (default) da dívida. Portanto, o governo estadual não teria dificuldades para emprestar novos recursos, caso o limite atual de endividamento fosse ampliado.

O governo gaúcho, por outro lado, é um pouco vulnerável no curto prazo para assegurar o pagamento de credores, porém, há incertezas relativas sobre condições adversas de negócios e econômicas. O risco de default é médio. "A administração da tucana Yeda Crusius terá muito serviço a fazer para reverter tal situação e melhorar sua posição

daqui até o final deste mandato, em 2010", afirma o economista-chefe da Austin e responsável pela área de rating de Entes públicos, Alex Agostini.

Os governos do Rio de Janeiro e Minas Gerais, pilotados por Sérgio Cabral (PMDB) e por Aécio Neves (PSDB), receberam a segunda melhor avaliação (BBB+), que indica uma capacidade adequada para honrar compromissos financeiros e baixo risco de não honrar com o pagamento da dívida.

Agostini explica que o objetivo do rating é atestar a capacidade de pagamento e qualidade de gestão do governo em análise, com base no presente e passado recente. Para obter boa no-



Alex Agostini, da Austin

## RATING ENTRE PÚBLICO

Estado	Nota	Município	Nota
SÃO PAULO	A+	SÃO PAULO	BBB
RIO DE JANEIRO	BBB+	RIO DE JANEIRO	A
MINAS GERAIS	BBB+	BELO HORIZONTE	BBB-
RIO GRANDE DO SUL	BB+	PORTO ALEGRE	A-

Observação: Os ratings de "AA" a "CC" podem conter os sinais de mais (+) ou de menos (-) para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala

## Grade de classificação da Austin Rating em escala nacional

AAA	Elevada capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco quase nulo de default.
AA	Forte capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco irrisório de default.
A	Bom capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco muito baixo de default.
BBB	Capacidade adequada para honrar compromissos financeiros. Risco baixo de default.
BB	Pouco vulnerável no curto prazo para honrar compromissos financeiros, porém há incertezas relativas a condições adversas de negócios e econômicas. Risco médio de default.
B	Mais vulnerável às condições dos negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco alto de default.
CCC	Altamente vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco muito alto de default.
CC	Altamente vulnerável e enfrenta condições de negócios e econômicas adversas sem garantia de honrar compromissos financeiros. Risco altíssimo de default.
C	Compromissos financeiros encontram-se em default com perspectivas remotas de pagamento.

ta, não basta estar hoje com as contas equilibradas, é preciso que isso seja fruto de um processo estrutural capaz de garantir uma continuidade. A escala de classificação de risco para a determinação do rating de estados e municípios adotada pela Austin vai de forma decrescente do "AAA" até "C", sendo que a primeira é a melhor nota que uma economia pode atingir, significando remotas perspectivas de pagamento futuro de suas obrigações. Entre os fatores qualitativos e quantitativos considerados estão os sócio-econômicos, contas públicas, enquadramento na LRF, eficiência na gestão, avaliação de riscos.

Desde a adoção da LRF, os

três níveis de governo passam por um processo de ajuste, em que toda iniciativa no sentido da responsabilidade com as contas públicas é bem recebida. Essa visão vai na contramão dos chamados governos "populistas" e "irresponsáveis financeiramente", a quem se atribui a pesada herança do Estado brasileiro que gasta mais do que arrecada em tributos. "Governos com melhor responsabilidade fiscal e administrativa, portanto com os melhores ratings, serão premiados com redução de preço, que vai desde produtos básicos para merenda escolar até obras de rodovias, bem como ampliarão a atração de investimentos que resultarão no crescimento e desenvolvimento da região", conclui Agostini. Os demais serão penalizados, acrescenta.

O processo de classificação de rating torna-se ainda mais necessário com a real possibilidade dos Entes voltarem a atuar diretamente no mercado financeiro, seja através de renegociação de dívidas com a União ou através de captação de recursos com entidades de fomento, lembra o coordenador da clas-

sificação de risco. "É provável que, no futuro próximo, os governos estaduais e municipais voltem a realizar captações diretamente no mercado financeiro, a exemplo do que ocorre no México, onde os Entes públicos podem realizar captações de recursos para desenvolver suas regiões, sendo, portanto, de su-

**É provável que, no futuro próximo, os governos estaduais voltem a realizar captações diretamente no mercado financeiro**

ma importância obtenção de uma classificação notável de rating", ressalta. Essa proposta já está sendo defendida pelos governadores atuais.

## GRAU ESPECULATIVO

Apenas o Rio Grande do Sul foi classificado como "Non-investment grade", ou "Grau Especulativo", com BB+. O Estado de São Paulo, por sua vez, obteve a melhor classificação ao receber nota A+.

O economista-chefe da Austin Rating esclarece que os principais pontos que pesaram negativamente na atribuição do rating ao governo gaúcho foram o elevado nível de endividamento e moderado nível de capacidade de arrecadação tributária, modesto crescimento econômico do Estado e incentivos fiscais concedidos pelo programa RS Competitivo face à necessidade de geração de receita.

Segundo Agostini, também pesaram alguns fatores impeditivos de uma classificação melhor, o baixo nível de diversificação e dinamismo da economia gaúcha, principalmente pela valorização do Real que afeta a rentabilidade e competitividade dos setores exportadores (commodities), bem como o elevado grau da dívida fundada do Estado e dos passivos contingenciais (elevado déficit previdenciário e saldo de precatórios).

Os pontos mais relevantes que determinaram a nota foram: instrumentos eletrônicos de controle de gastos e de arrecadação; forte capacidade de arrecadação tributária, relevância quanto à geração de riqueza nacional, superávits orçamentários e primários, este último em ritmo crescente e em bons níveis; boa infraestrutura básica, logística, saneamento, educação e saúde; coesão política na Assembleia Legislativa.

"Mas existem também alguns fatores que impediram uma classificação melhor como, por exemplo, elevado déficit previdenciário e ausência de políticas para reduzi-lo, elevado nível de estoque de precatórios (cerca de R\$ 14 bilhões), baixo nível de pagamentos de juros e amortizações, fatores que resultam em potencial comprometimento da capacidade de pagamento no médio e longo prazo", explica.

Alguns indicadores comparativos, apresentados no quadro a seguir, que mostram o nível de endividamento, geração de receita e níveis de investimentos, reforçam, de forma sintetizada, as atribuições de rating dadas a cada Estado.

Corrente esta reportagem no portal [www.gazetamercantil.com.br](http://www.gazetamercantil.com.br)

## Investimentos do Pan ajudam o Rio

A ampliação dos investimentos, em decorrência da realização dos jogos Pan Americanos, em julho, que serão revertidos em benefícios para a população, foi um dos fatores positivos para a atribuição do rating BBB+ de longo prazo, em escala nacional, ao Estado do Rio de Janeiro, concedido pela Austin. É boa capacidade de arrecadação tributária pela relevância na geração de riqueza nacional, principalmente quanto ao desenvolvimento

da indústria extrativa mineral.

Outros fatores que determinaram a atribuição do rating foram o cumprimento dos principais indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Tudo isso junto resulta em melhores condições para pagamentos de dívidas, juros e amortizações", destaca o economista-chefe da Austin, Alex Agostini.

A mesma nota foi dada ao governo mineiro que, como o Rio, tem capacidade adequada

do Estado honrar seus compromissos, observando principalmente o potencial da arrecadação própria (66% das receitas correntes), sendo o segundo Estado com maior volume de arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), além de sua relevância quanto à geração de riqueza nacional (terceiro Estado mais rico), principalmente, por sua diversidade setorial.

(L.L.)